

Coleção
Eduardo Espínola

Vinicius Silva Lemos

O INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA

**da conceituação à
procedimentalidade**

2018



EDITORA
*Jus***PODIVM**

www.editorajuspodivm.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Mato Grosso, 164, Ed. Marfina, 1º Andar – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPodivm

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Ana Caquetti

O36 O incidente de assunção de competência: da conceitualização à procedimentalidade /
 Vinicius Silva Lemos – Salvador: Editora JusPodivm, 2018.
 240 p. (Eduardo Espínola / Coordenação Fredie Didier Jr.)

Bibliografia.
 ISBN 978-85-442-2302-4.

1. Direito Processual. I. Didier Jr., Fredie. II. Lemos, Vinicius Silva. III. Título.

1124806

CDD 341.4

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPodivm.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPodivm. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

| | |
|-------------------------|-----------|
| INTRODUÇÃO | 17 |
|-------------------------|-----------|

Capítulo 1

| | |
|--|-----------|
| A JURISPRUDÊNCIA LOTÉRICA NO BRASIL | 21 |
|--|-----------|

| | |
|--|----|
| 1.1 O art. 926 e a sua importância ao processo civil brasileiro..... | 25 |
| 1.1.1 Os meios de formação de precedentes judiciais no CPC/2015 | 30 |
| 1.1.1.1 A formação de precedente para gestão de estoque | 31 |
| 1.1.1.2 A formação de precedente para questão jurídica não repetitiva | 35 |
| 1.2 O olhar para uma teoria dos precedentes judiciais no Brasil | 39 |
| 1.2.1 Os elementos formadores dos precedentes judiciais..... | 48 |
| 1.2.2 O elemento posterior do precedente judicial: <i>stare decisis</i> | 53 |
| 1.3 A tentativa do incidente de uniformização de jurisprudência no CPC/73 | 58 |
| 1.4 O incidente de assunção de competência no CPC/73: Lei nº 10.352/2001 | 61 |

Capítulo 2

| | |
|---|-----------|
| INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA | 67 |
|---|-----------|

| | |
|---|----|
| 2.1 Requisitos para a instauração do incidente..... | 68 |
| 2.1.1 Questão de direito..... | 69 |
| 2.1.2 Repercussão social e interesse público..... | 70 |
| 2.1.3 Prevenção ou composição de divergência | 72 |
| 2.1.4 Ausência de multiplicidade..... | 73 |
| 2.1.4.1 Questões não múltiplas ou processos não múltiplos? | 74 |

| | | |
|-------|--|----|
| 2.2 | A ampliação da possibilidade do IAC: <i>todos os recursos, remessa necessária e competência originária</i> | 75 |
| 2.3 | Legitimidade para a proposição do IAC..... | 77 |
| 2.4 | A desistência do processo representativo da controvérsia escolhido para o IAC..... | 78 |
| 2.4.1 | A possibilidade de desistência da ação em primeiro grau, antes da prolação da sentença..... | 80 |
| 2.5 | Incidência e competência: <i>qualquer Tribunal – segundo grau ou Tribunais Superiores</i> | 82 |
| 2.6 | Objeto passível de arguição do IAC: <i>direito material ou processual</i> | 83 |
| 2.7 | A impossibilidade de instauração em Tribunal de segundo grau quando a matéria está afetada por Tribunal Superior | 84 |
| 2.8 | A função dos Tribunais brasileiros e a relação com a finalidade vinculante e pacificadora do IAC | 86 |

Capítulo 3

| | | |
|--|--|-----------|
| A FALTA DE PROCEDIMENTALIDADE DO INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA | | 89 |
| 3.1 | O tratamento simplório dado pelo CPC/2015 e a lacuna procedimental da matéria | 89 |
| 3.1.1 | A necessidade de uma procedimentalidade definida..... | 91 |
| 3.2 | Qual a saída da procedimentalidade do IAC: regimento interno, nova legislação federal ou legislações estaduais?..... | 92 |
| 3.2.1 | Regimento interno dos Tribunais | 93 |
| 3.2.2 | Nova legislação federal..... | 96 |
| 3.2.3 | Legislação estadual..... | 97 |

Capítulo 4

| | | |
|--|---|------------|
| A PROCEDIMENTALIDADE IDEAL..... | | 105 |
| 4.1 | A suscitação do incidente..... | 105 |
| 4.1.1 | A falta de discricionariedade do relator quando suscitado pelos legitimados | 108 |
| 4.1.1.1 | Reflexo da suscitação do incidente: a suspensão do julgamento do processo representante da controvérsia | 109 |

| | | |
|-------------|--|-----|
| 4.1.2 | O juízo de admissibilidade do IAC..... | 109 |
| 4.1.2.1 | A admissibilidade prévia do IAC | 110 |
| 4.1.2.1.1 | A admissibilidade preliminar realizada pelo relator, quando o pleito for dos outros legitimados..... | 111 |
| 4.1.2.1.2 | A admissibilidade preliminar realizada pelo órgão colegiado fracionário competente para o julgamento do recurso ou processo..... | 113 |
| 4.1.2.1.3 | A primeira admissibilidade diretamente no órgão competente para julgar o mérito do incidente, aquele responsável por criar o precedente: <i>a confusão entre a prévia e a definitiva</i> | 114 |
| 4.1.2.1.4 | A remessa ao colegiado competente pela formação do precedente | 115 |
| 4.1.3 | A admissibilidade definitiva do IAC | 116 |
| 4.1.4 | Incidente admitido: procedimentalidade de instrução..... | 118 |
| 4.1.5 | A possibilidade de fungibilidade com o IRDR ou recursos excepcionais repetitivos..... | 119 |
| 4.1.5.1 | O ponto autorizante da fungibilidade: a possibilidade de suscitação oficiosa em ambos institutos – IAC e IRDR..... | 123 |
| 4.1.5.2 | A necessidade de sistematização: as diferenças de suscitações | 124 |
| 4.1.5.2.1 | A suscitação do IAC, a admissibilidade e a possibilidade de conversão em IRDR..... | 125 |
| 4.1.5.2.1.1 | A fungibilidade pela turma quando da análise da admissibilidade preliminar do IAC | 125 |
| 4.1.5.2.1.2 | A fungibilidade pelo colegiado maior quando da análise da admissibilidade definitiva do IAC | 126 |

| | | |
|-----------|---|-----|
| 4.1.5.2.2 | A suscitação do IRDR, a admissibilidade e a possibilidade de conversão em IAC..... | 129 |
| 4.1.5.2.3 | A fungibilidade, o IAC e os recursos excepcionais repetitivos | 130 |
| 4.1.5.2.4 | A possibilidade da fungibilidade ser regulamentada via regimento interno ou lei estadual | 131 |
| 4.2 | Da decisão de afetação | 132 |
| 4.2.1 | Há uma decisão de afetação no IAC? | 134 |
| 4.2.1.1 | A delimitação material da decisão de afetação do IAC | 136 |
| 4.2.1.2 | É cabível a suspensão de processos no IAC, via decisão de afetação?..... | 137 |
| 4.2.1.3 | É cabível a comunicação aos juízes em graus anteriores ou outros colegiados menores?..... | 140 |
| 4.2.1.4 | A escolha do recurso ou processo representativo da controvérsia..... | 141 |
| 4.3 | Consequências procedimentais da admissibilidade positiva do IAC e da decisão de afetação..... | 142 |
| 4.3.1 | Alteração da competência para o julgamento da questão de direito incidente e do recurso | 143 |
| 4.3.2 | A formação de um contraditório ampliado na tramitação do IAC..... | 144 |
| 4.3.2.1 | As manifestações dos interessados legitimados e o contraditório ampliado no IAC | 148 |
| 4.3.2.2 | A sustentação oral no IAC..... | 153 |
| 4.4 | O julgamento da matéria do IAC e das questões principais | 154 |
| 4.4.1 | A necessidade de uma fundamentação analítica e pormenorizada | 155 |
| 4.4.2 | A necessidade da análise das questões suscitadas pelos atores do contraditório ampliado: <i>amicus curiae</i> , Ministério Público e audiências públicas..... | 160 |

- 4.4.3 A necessidade da análise coletiva das questões definidas na decisão de afetação e a formação da *ratio decidendi* do precedente vinculante 164
- 4.5 As possibilidades recursais cabíveis do julgamento do IAC: *interesse, questão recorrível, legitimidade e processamento*..... 167

Capítulo 5

O PRECEDENTE JUDICIAL FORMADO PELO IAC, SUAS PECULIARIDADES E APLICAÇÕES 175

- 5.1 Vinculação para os juízes de primeiro grau e os órgãos fracionários do Tribunal do conteúdo da decisão do IAC..... 179
- 5.1.1 Momento de vinculação: estabilização da decisão do IAC... 181
- 5.1.2 O devido processo legal, a maturação analítica da questão e o julgamento de casos concretos: *a necessidade de não julgar precipitadamente via IAC* 182
- 5.1.3 A necessidade de publicidade extraprocessual do resultado do IAC 188
- 5.2 Revisão da tese jurídica..... 191
- 5.2.1 A tese firmada em Tribunal de segundo grau 193
- 5.2.2 A tese firmada no STF 195
- 5.2.3 A legitimidade para suscitação de revisão de tese 195
- 5.2.4 A inércia argumentativa e o ônus argumentativo na revisão de tese..... 196
- 5.2.5 A admissibilidade dos recursos excepcionais, o art. 1.030 e a negativa por contrariedade a precedentes de repetitivos ou de repercussão geral? 197
- 5.3 A vinculação da decisão proferida em IAC e as formas de controle..... 199
- 5.3.1 As formas de aplicação do precedente formado pelo IAC.... 202
- 5.3.1.1 A improcedência liminar do pedido e a decisão proferida em IAC..... 202
- 5.3.1.2 A tutela de evidência do art. 311, II e a decisão proferida em IAC..... 206
- 5.3.1.3 A dispensa de remessa necessária de decisão fundada em precedente formado em IAC..... 211

| | | |
|--|---|------------|
| 5.3.1.4 | A possibilidade da decisão monocrática e a sua relação com o precedente formado em IAC..... | 215 |
| 5.3.2 | As formas de controle da não utilização do precedente formado pelo IAC | 217 |
| 5.3.2.1 | A possibilidade da utilização de reclamação | 218 |
| 5.3.2.2 | Embargos de declaração para atacar decisão omissa sobre precedente de IAC | 220 |
| 5.3.2.3 | O agravo interno sobre a decisão monocrática baseada equivocadamente em precedente de IAC ou omissa sobre o precedente de IAC | 223 |
| CONCLUSÃO..... | | 227 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | | 231 |